

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE JUNHO DE 2023



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2023

No dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão; -----
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de aprovação do mapa de pessoal, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;
- 4) Proposta de Reconhecimento da Rota da Estrada Nacional 2 como um Projeto de Interesse Municipal;
- 5) Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe de Divisão de Cultura e Desporto, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual
- 6) Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe de Divisão de Educação, Saúde e intervenção Social, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual;
- 7) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 8) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 9) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 10) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais;
- 11) Proposta de aprovação do Acordo de Regularização de Dívida para com a AGDA-Águas Públicas do Alentejo;
- 12) Apreciação do pedido de suspensão de mandato por mais seis meses, apresentado pelo membro Bernardino António Bengalinha Pinto, nos termos do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo-se procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeira secretária -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- Vítor Manuel Lôpas Fialho -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues -----



- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho -----
- José Fernando Nazaré Pereira
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes
- Cecília Isabel Pinto Lopes, a quem o Senhor Presidente da Assembleia saudou de forma particular, pelo reinício de funções nesta Assembleia.
- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. O membro Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva.

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----

O membro Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Maria Bárbara dos Santos Matadinho. -----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes o Senhor Vereador António Costa da Silva, a Senhora Vereadora Sara Grou e a Senhora D. Maria Gertrudes Garcia, que tem vindo a substituir, nas reuniões da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Miguel Bentinho, mediante pedidos casuísticos, por este apresentado. -----

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. -----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta da ata relativa à sessão extraordinária de 22 de março de 2023, a qual foi aprovada com dezassete votos favoráveis. Não participou na votação da proposta de ata o membro Cecília Isabel Pinto Lopes, dado que não esteve presente na sessão a que a mesma se refere. -----

Procedeu-se depois à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 27 de abril de 2023, a qual foi aprovada com dezasseis votos favoráveis. Não participaram na votação da proposta de ata os membros José Fernando Nazaré Pereira e Cecília Isabel Pinto Lopes, dado que não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere -----

De seguida, interveio o membro Cecília Isabel Pinto Lopes, eleita pelo VIVA, que referiu pretender ver esclarecido um assunto que não obteve a necessária clarificação na reunião da Câmara, sendo remetido para a Assembleia Municipal. Disse que o assunto se prende com a



visita institucional do Município de Viana do Alentejo ao Município de S. Miguel, em Cabo Verde, tendo sido mencionada, nessa visita a Escola Profissional Fialho de Almeida, da Vidigueira, de uma forma que o VIVA considera indevida.

Disse este membro que, segundo a informação de que dispõe, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Estêvão Pereira, participante nessa visita institucional, desenvolveu atividades para a Escola Profissional Fialho de Almeida, da Vidigueira, na qual tem responsabilidades. Disse o membro Cecília Lopes que, não estando o Município da Vidigueira integrado nesta visita, foi com perplexidade que foi registada a informação, a qual necessitou de confirmação-----

Para o efeito-disse-foi consultada a página do Facebook do Município de São Miguel, na qual consta a seguinte informação: -----

“Oportunidade de Formação/Escola Profissional Fialho de Almeida, Portugal-----
Em decorrência da visita da delegação de Viana do Alentejo, surge esta parceria que beneficia Jovens do Município de São Miguel dando-lhes a possibilidade de realizar uma formação profissional na Escola Profissional Fialho de Almeida, sita em Vidigueira, em condições muito vantajosas. -----

Se tem o 9º ano completo, idade máxima de 17 anos (até à data de 15 de setembro de 2023) e está interessado nos cursos de Técnico de Apoio Psicossocial, Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Desporto ou Técnico de Vitivinícola, pode efetuar a sua inscrição até 23 de junho, através do preenchimento de um formulário no gabinete de apoio à formação da Câmara Municipal, acompanhado do seu documento de identificação e certificado. -----

Os estudantes contemplados beneficiam de um subsídio de alimentação, subsídio de alojamento, uma bolsa de profissionalização e uma bolsa de estudo, a fim de poder ter todas as condições para fazer a sua formação. -----

Para mais informações, dirija-se ao gabinete de apoio à formação.” -----

Finda a leitura da informação em causa, o membro Cecília Lopes disse considerar esta situação “inacreditável”, pois não é possível que numa iniciativa promovida e financiada pelo Município de Viana do Alentejo, haja alguém na comitiva, a desenvolver ações para outra entidade que nada tem a ver com o Município. -----

Tendo estas questões sido levadas à reunião da Câmara Municipal pelo Senhor Vereador Costa da Silva, o Senhor Presidente da Câmara, na altura, disse que não conseguia responder e que teria de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o que efetivamente se tenha passado. Disse o Senhor Presidente da Câmara, nessa reunião, que sabia que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal havia estado presente numa visita a uma escola, mas que não lhe era possível adiantar mais nada. -----

Disse o membro Cecília Lopes que o Senhor Vereador Costa da Silva voltou a questionar a situação, dado não lhe parecer legítimo que tenham existido “agendas paralelas, muito menos para tratar de assuntos de interesse pessoal ou profissional”. Na ocasião, esse Vereador referiu que a agenda global deveria ser conhecida, aguardando-se as respetivas respostas. -----

Disse o membro Cecília Lopes que a resposta foi dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Senhor Vereador António Costa da Silva, via facebook, referindo basicamente que as informações que transmitiu foram no âmbito da prestação de esclarecimentos quanto a



uma matéria a que está ligado, de modo informal e como forma de ajudar o Município de São Miguel. -----

Disse ainda o membro Cecília Lopes que na reunião da Câmara seguinte, o Senhor Vereador Costa da Silva deu nota de que na página oficial do facebook do Município de São Miguel, constavam novas informações acerca deste assunto, clarificando que “a bolsa de estudo que contempla o subsídio de alimentação, alojamento e custos adicionais, são as mais valias apresentadas aos estudantes micalenses, caso pretendam ingressar na Escola Profissional Fialho de Almeida, em Vidigueira- Portugal. As informações foram passadas no cumprimento à agenda da visita ao nosso município, da delegação de Viana do Alentejo que esteve hoje nas Escolas Secundárias de São Miguel e Olegário Tavares, tendo-se reunido com as equipas de direção e com os estudantes das referidas instituições de ensino. A delegação pretendia, não só conhecer as escolas e analisar as possíveis áreas de parceria, como apresentar aos estudantes a Escola Profissional Fialho de Almeida, sita em Vidigueira- Portugal. -----

Com isto, os estudantes micalenses passavam a contar com mais uma opção de instituição de formação profissional em Portugal, graças à profícua parceria entre os municípios.” -----

O membro Cecília Lopes considerou esta situação “muito grave”, não se podendo dizer que foi uma simples apresentação e divulgação. Atendendo ao detalhe das informações transmitidas e ao modo como o foram, é impossível que o assunto não estivesse preparado e programado – disse. Acrescentou que esta situação, para além de grave, “não é normal”, pois tal como é revelado, foi apresentada aos estudantes micalenses, a Escola Fialho de Almeida, sita em Vidigueira, na qual o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, tem responsabilidades. Disse ainda não ser aceitável que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo apresente a Escola e suas vantagens, numa visita promovida pelo Município de Viana do Alentejo. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara, quando o assunto lhe foi colocado nas respetivas reuniões, disse que o mesmo deveria ser esclarecido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, embora lhe parecesse uma “situação normal”. Disse o membro Cecília Lopes que o Senhor Vereador Costa da Silva rebateu essa ideia de normalidade, advertindo para o facto do Senhor Presidente da Câmara ter sido o responsável pela visita ao Município de São Miguel – Cabo Verde, cabendo-lhe dar respostas, isto sem prejuízo de vir a ser questionado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no local certo. Acrescentou ainda este membro que a responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara, nesta matéria, aumentou, dada a participação do seu adjunto nesta iniciativa. A concluir, referiu que uma vez que os esclarecimentos prestados até à data não foram suficientes, o VIVA decidiu trazer o assunto à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente ao assunto exposto, disse que o tentará esclarecer como notas prévias, referiu que a informação que enviou para o facebook do Senhor Vereador Costa da Silva teve o objetivo de o esclarecer, após as suas intervenções sobre este assunto nas reuniões de Câmara. Disse o Senhor Presidente da Assembleia que não foi bem-sucedido no esclarecimento que prestou ou quem o deveria entender não o quis entender e tanto assim é que na reunião de Câmara seguinte, o Senhor Vereador Costa da Siva voltou a esta matéria. Reiterando aquilo que afirmou na informação dada ao Senhor Vereador Costa



da Silva, via facebook, o Senhor Presidente da Assembleia sublinhou a sua permanente disponibilidade para discutir qualquer assunto, seja com quem for preferindo sempre que seja pessoalmente. Neste contexto, acrescentou que prefere sempre o modo como a abordagem agora foi feita pelo membro Cecília Lopes, a quem de novo saudou pelo regresso às sessões deste órgão. -----

Quanto ao assunto em apreço, disse o Senhor Presidente da Assembleia que tal como escreveu na informação que enviou ao Senhor Vereador Costa da Silva, foi construída uma narrativa, em cima de “meia dúzia de informações soltas...”. Foi construída a narrativa que quiseram construir e a seguir foi só alimentar...!” - Disse. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que se houvesse melhor perceção das matérias que estão em discussão, seria claro que a narrativa construída, não faz sentido! -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que em cada visita ao Município de Viana do Alentejo, o Presidente Herménio deixa o convite para uma visita ao Município de São Miguel. Assim sucedeu na última vez que esteve no Concelho de Viana do Alentejo, tendo convidado o Senhor Presidente da Câmara e a si também, não só por ser Presidente da Assembleia Municipal, mas também como forma de agradecimento por toda a colaboração verificada ao longo destes anos de geminação entre os dois municípios. Disse ter sido com enorme prazer que aceitou o convite para visitar um concelho, no qual tinha estado pela última vez há cerca de treze ou catorze anos. Disse ter ficado bastante satisfeito ao verificar os saltos qualitativos naquelas terras, designadamente, a nível da melhoria da qualidade de vida e dos projetos estruturantes que puderam ser visitados. -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia que obviamente que houve um agendamento das atividades para cada dia da visita, incluindo, na quarta-feira de manhã, uma visita às escolas. Como previsto, nessa quarta-feira, verificou-se uma visita à escola de São Miguel, na qual o Senhor Presidente da Câmara de Viana não participou por ter ficado a realizar uma reunião online com os serviços da Câmara. -----

Por ser dia de atendimento aos munícipes, o Senhor Presidente da Câmara de São Miguel ausentou-se após efetuar o acompanhamento da comitiva até à escola, bem como a apresentação à respetiva direção. Disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que nesta iniciativa participaram ele próprio, o adjunto do Senhor Presidente da Câmara de Viana, o chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara de São Miguel e a Senhora Vereadora Cesaltina, que tem a seu cargo o pelouro da Educação. Acrescentou que, com a direção da Escola foram trocadas diversas opiniões/ideias e foram feitos alguns pedidos de ajuda ao Município de Viana do Alentejo, designadamente para equipamento destinado às salas de música, informática, etc. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que neste contexto ficou clara a sua atividade profissional e que enquanto funcionário de uma Escola Profissional, foi-lhe pedido que explicasse o que é o ensino profissional em Portugal. Informou ter procedido a essa explicação, de forma genérica. Em jeito de parênteses, o Senhor Presidente da Assembleia recordou que na última visita do Presidente Herménio ao Concelho de Viana do Alentejo, durante um jantar que decorreu no restaurante das Piscinas de Alcáçovas, este manifestou interesse em falar com o Professor Coelho, Presidente da Escola Profissional de Alvíto, que



tem alunos oriundos do Município de São Miguel. Disse que por seu intermédio, após contacto com o Professor Coelho, ocorreu numa reunião na manhã seguinte para tratar de assuntos inerentes à Escola Profissional de Alvito. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que poucos dias antes da deslocação da comitiva de Viana do Alentejo ao Município de São Miguel, o Professor Coelho ligou-lhe a pedir que entregasse uma mensagem ao Presidente Herménio, relativa à Escola Profissional de Alvito. Disse que assim fez, no primeiro dia da estadia. -----

Fechado este parêntese, o Senhor Presidente da Assembleia continuou a descrição do conteúdo da visita que foi efetuada à Escola de São Miguel, referindo que conforme lhe foi pedido, prestou diversas informações quanto ao ensino profissional (funcionamento, bolsas de estudo, etc.), aplicáveis a todas as escolas profissionais do país e não apenas à escola profissional da Vidigueira. Disse que é precisamente esta informação, genérica, que consta do site do Município. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que nesta sequência lhe foi perguntado se “a sua escola não poderia receber alunos...”, tendo ele respondido afirmativamente e dado conhecimento da oferta formativa da “sua” escola, dado que é essa que conhece. -----

Conforme se encontra expresso na informação que consta do facebook do Município de São Miguel, disse o Senhor Presidente da Assembleia que efetivamente transmitiu que poderiam ser aceites alunos até aos 17 anos desde que as inscrições fossem feitas, através do Município de São Miguel, até 23 de junho. Acrescentou que se o seu objetivo fosse “ir lá vender a sua escola e puxar alunos para a sua escola”, não teria dito isso, mas sim que os alunos se poderiam inscrever até aos 19 anos e até ao dia 31 de dezembro do ano corrente, dado que são estas as regras decorrentes do quadro legal aplicável a todas as escolas do ensino profissional. Disse o Senhor Presidente da Assembleia que percebeu que esta matéria estava a despertar muito interesse, sendo previsível que muitos alunos quisessem vir e daí a informação que prestou, mais limitativa, quer a nível de idades, quer a nível de data limite de inscrições. Acrescentou que por muita vontade que a Escola Profissional da Vidigueira tivesse em receber muitos alunos, a realidade não o permite, pois não há condições locais para alojar grandes grupos de pessoas. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lhe parece claro que a informação que prestou não foi para chamar grandes quantidades de alunos, dado que as regras que divulgou, foram, elas próprias, intencionalmente limitativas. -----

Em resumo, disse que falou na Escola Profissional da Vidigueira quando lhe foi pedido para o fazer e que falou da oferta formativa da mesma escola quando isso lhe foi também solicitado. Acrescentou o Senhor Presidente da Assembleia que, após uma visita às instalações da escola, foi-lhe solicitado que transmitisse a um grupo de alunos aquilo que tinha anteriormente referido, a propósito das escolas profissionais e dos cursos profissionais, tendo ele acedido a esse pedido. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia não estar seguro de que estivesse prevista na referida quarta-feira de manhã, a ida a uma segunda escola, mas na verdade essa visita aconteceu, tendo decorrido em moldes idênticos à primeira e tendo a receção sido feita pela diretora da escola. -----



O Senhor Presidente da Assembleia concluiu, referindo que foi com esta naturalidade que as coisas se processaram, sendo injusto procurar construir uma narrativa de que “ a Escola Profissional da Vidigueira foi à boleia da Câmara de Viana, através do seu funcionário, para ir vender o seu negócio...”. Importa sublinhar que o seu papel no Município de São Miguel não foi no sentido de chamar alunos para a Escola Profissional da Vidigueira, pois se assim fosse teria dito que os alunos poderiam vir até aos 19 anos e poderiam inscrever-se até 31 de dezembro. Ao invés, aquilo que disse foi que os alunos poderiam vir até aos 17 anos e que as inscrições teriam de ser efetuadas até 23 de junho, precisamente com o intuito de reduzir o leque de potenciais interessados. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que na Escola Profissional da Vidigueira não existem alunos do Município de São Miguel. Contudo, se houver possibilidades de conseguir algumas vagas para os alunos daquele concelho, disse que fará o possível para que isso se concretize. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o Município de São Miguel tem relações externas bem estruturadas e tem geminações com vários Municípios de Portugal, alguns deles de grandes dimensões, como por exemplo Oeiras, Lagos, Braga, tentando, por essa via, ajudar o seu povo. Mesmo a terminar, realçou o seu propósito de, na medida do possível, ajudar alguns jovens daquele Município na vertente da formação. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara, interveio. Referiu ter sido citado várias vezes como “um construtor de narrativas”, recordando que este assunto foi colocado no órgão próprio – Câmara Municipal – ao Senhor Presidente da Câmara dado ser ele o responsável e o líder da comitiva que se deslocou ao Município de São Miguel- Cabo Verde, sendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal um convidado. Disse o Senhor Vereador Costa da Silva ter ouvido comentar que numa iniciativa em que esteve presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve a divulgar a Escola Profissional Fialho de Almeida, na Vidigueira, onde tem um papel importante. Neste contexto, e com base no que leu no facebook institucional do Município de São Miguel, questionou o assunto na reunião de câmara – disse. Acrescentou que já depois do Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe ter respondido, foi publicado um segundo post no facebook do Município de São Miguel que motivou que tivesse voltado a questionar o assunto na reunião de câmara seguinte pois a informação deste segundo post referia que “ a delegação pretendia não somente conhecer as escolas e analisar as possíveis áreas de parceria, como apresentar aos estudantes a Escola Profissional Fialho de Almeida, sita em Vidigueira – Portugal”. Disse este Vereador que não pode o Senhor Presidente da Assembleia falar em construção de narrativas porque isto é a verdade, é o que consta no site oficial do Município de São Miguel. Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, este Vereador disse que ele esteve errado, esteve mal ao apresentar a sua escola numa visita institucional do Município de Viana do Alentejo. Disse ainda que aquilo o Senhor Presidente da Assembleia esteve a referir a propósito deste assunto é que é uma narrativa, ficando incomodado quando é confrontado. De acordo com o que é referido pelo próprio Município de São Miguel, disse o senhor Vereador Costa da Silva que o Senhor Presidente da Assembleia foi lá apresentar aos estudantes a Escola Profissional Fialho de Almeida e que se o fez, fez mal! Acrescentou que



se o fez deveria, no mínimo, pedir desculpas ao Município de Viana do Alentejo, que lhe pagou a viagem. -----

Também este Vereador se referiu ao facto do Senhor Presidente da Câmara, responsável pela comitiva, encarar tudo isto com naturalidade, não sendo sensível à gravidade dos factos! ----

O Senhor Presidente da Câmara disse que normalmente a palavra é concedida aos Vereadores para que procedam à defesa da honra e não para debater um assunto. Assim, disse estar sempre disponível para conceder a palavra aos Vereadores, desde que seja com o objetivo da defesa da honra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia fez referência ao seguinte aspeto que lhe pareceu oportuno realçar: Disse que as mesas existentes na sala onde decorre a sessão são destinadas aos membros da Assembleia e não aos Vereadores. Contudo- continuou- o Senhor Vereador Costa da Silva insistiu em ficar numa dessas mesas, colocando-se num local estratégico para que a câmara frontal o focasse bem quando estivesse a fazer a sua intervenção. -----

A concluir este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que pese embora todas as informações e explicações que foram dadas, as mesmas, de nada valerem porque a narrativa criada está assente noutros pressupostos. Assim, independentemente de ter sido esclarecido aquilo que aconteceu, isso de nada vale porque não cumpre os objetivos de quem criou a narrativa, desvalorizando-se completamente o facto de se ter limitado a idade aos 17 anos (quando poderia ir até aos 19 anos) e de se ter limitado o prazo das inscrições até 23 de junho (quando poderia ir até 31 de dezembro)! -----

O Senhor Presidente da Assembleia salientou que a ajuda é necessária “de cá para lá e não o contrário”, ou seja, não é Município de São Miguel que está a fazer um favor a Portugal ao mandar para cá os seus alunos! -----

Interveio de seguida o membro João Antunes que realçou a importância da cooperação transnacional, considerando adequada a colaboração com os PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, em geral e com Cabo Verde em particular, dado o historial deste Município nessa matéria. Disse este membro lamentar o incidente que foi criado com a última visita a São Miguel e que os assuntos realmente importantes tenham passado para segundo plano devido a um erro de interpretação e de análise. -----

O membro João Antunes referiu que um dos temas da visita foi a Educação e nessa perspetiva perguntou se não foi equacionada a deslocação da Senhora Vice-Presidente, dado que é ela que tem o pelouro das questões educativas. -----

Disse o membro João Antunes que a propósito desta visita, a comunicação social referiu que “foram trocadas ideias”. Perguntou se além desta troca de ideias existiram mais resultados que possam ser indicados, designadamente, ações, metas, calendários, cronogramas, entre outros. Disse ainda o membro João Antunes que a comunicação social também referiu que as áreas abordadas foram a Proteção Civil, os Bombeiros, o Saneamento e o Turismo Rural, não existindo qualquer referência a que tenha sido abordada a matéria da Educação. Perguntou qual o motivo de não ter sido feita referência ao tema da Educação, uma vez que constava da agenda desta visita. -----



O membro João Antunes disse que em nome da transparência e da accountability seria pertinente conhecer o custo – benefício desta visita, concretamente qual o custo da mesma e quais os resultados palpáveis dela decorrentes. -----

A terminar, o membro João Antunes referiu que sendo prática deste executivo realizar muitas visitas, fazendo deslocar muitos técnicos e dirigentes, é desejável que futuramente exista mais atenção e mais critérios neste tipo de situações porque os recursos do Município não são ilimitados e porque um dos princípios da economia é que “não há almoços grátis. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse não ter grandes considerações a fazer, informando que não foi equacionada a deslocação da Senhora Vice-Presidente, pois não faria qualquer sentido irem os dois membros do executivo em regime de permanência. Acrescentou que o Presidente Herménio, aquando do convite para a visita, mostrou grande interesse em que o Presidente da Câmara fosse, uma vez que o Presidente do anterior executivo nunca lá tinha ido, tendo-se feito representar por um Vereador. -----

Quanto aos custos desta visita, disse o Senhor Presidente da Câmara que os mesmos se deverão situar entre mil e seiscentos e mil e novecentos euros, para as três pessoas que se deslocaram, estando explicado o custo–benefício para uma visita desta natureza. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente ao que foi falado pela comunicação social cabo Verdiana, disse que no primeiro dia da visita, decorreu uma sessão de boas vindas, na Câmara Municipal, na qual esteve presente a televisão de Cabo Verde e mais alguns órgãos de comunicação social. Nessa reunião, os Presidentes das Câmaras de Viana e de São Miguel prestaram declarações à comunicação social Cabo Verdiana, as quais deverão ter sido utilizadas pela comunicação social portuguesa. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que há muitos anos foi estabelecida uma parceria com o Município de São Miguel a partir de um projeto desenvolvido pelo Município de Viana do Alentejo e pela Associação Terras Dentro. Este projeto de formação profissional permitiu dar um conjunto de competências a um conjunto de mulheres do interior (Ribeira Principal), projeto esse que ainda hoje está a dar frutos e que consiste basicamente no aproveitamento, transformação e comercialização de produtos naturais. Acrescentou que em paralelo, foi montado um sistema de sinalização de trilhos de percursos pedestres, que ainda hoje estão a ser utilizados. Estes projetos foram muito valorizados e de novo foi pedida ajuda ao Presidente da Câmara de Viana no sentido de que se volte a estabelecer uma parceria com a Associação Terras Dentro a fim de serem obtidas ajudas como sucedeu no passado. -----

O membro Nuno Grave recordou que na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 27 de abril, quando questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto ao estado em que se encontrava a Quinta da Joana, este respondeu “que o espaço não tem tido a atenção que merece, estando este executivo refém de um contrato milionário que foi feito para alguns amigos, estando o Município a pagar dois mil e quinhentos euros mensais”. Na ocasião, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ainda à possibilidade de vir a ser rescindido o contrato com a empresa, coisa que o anterior executivo não tinha tido coragem de fazer. -----

Disse o membro Nuno Grave que perante as palavras do Senhor Presidente da Câmara, houve a preocupação de esclarecer o assunto a fim de que todos os membros da Assembleia fiquem



a perceber os contornos e o alcance da intervenção do Senhor Presidente da Câmara acerca deste assunto. -----

Consultado o referido contrato, celebrado a 8 de abril de 2021, disse o membro Nuno Grave que parece ser desapropriada a acusação de falta de coragem para rescindir o contrato, dado que à data em que o anterior executivo cessou funções, o mesmo só tinha vigorado durante cinco meses. -----

Quanto ao montante do contrato, disse este membro que o mesmo é de dois mil e trezentos euros mensais, acrescido de IVA, abrangendo não só o espaço verde das Piscinas, mas também a envolvente ao pavilhão gimnodesportivo e todo o espaço da Quinta da Joana. Acrescentou que até ao dia 8 de abril de 2021 vigorava um contrato no montante de seiscentos e quinze euros mensais, vindo do executivo CDU e que previa apenas a manutenção do espaço verde das Piscinas. Disse o membro Nuno Grave que os eleitos do PS não consideram exagerado o montante mensal que está a ser pago, atendendo ao aumento dos espaços abrangidos pelo contrato. -----

Finalmente, o membro Nuno Grave apresentou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara, as quais deverão ser esclarecidas, para que não subsistam quaisquer dúvidas: --

- 1) Já foi enviada alguma carta com a notificação da rescisão do contrato, dado que este executivo está em funções há 20 meses e a empresa já foi advertida quanto a essa possibilidade?
- 2) Tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que foi feito um contrato milionário para alguns amigos, importa concretizar e esclarecer o que quis dizer com esta afirmação e quem são esses amigos.

Interveio, de seguida, o membro João Antunes para apresentar um voto de congratulação, que leu e cujo conteúdo a seguir se reproduz:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

GOVERNO APROVA EM ÉVORA PACOTE DE INVESTIMENTOS PARA O ALENTEJO CENTRAL

Sob o tema "Évora Capital Europeia da Cultura 2027", decorreu nos dias 21 e 22 de junho a quinta edição da Iniciativa Governo+Próximo, com a participação dos ministros em mais de 60 atividades realizadas em todos os municípios do distrito, em contacto próximo e acessível com os autarcas e a população alentejana.

A reunião do Conselho de Ministros teve lugar em Évora, onde foram debatidos diversos assuntos relacionados com a região. Foi aprovado um conjunto de diplomas que reafirmam o compromisso do governo com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a saúde, defesa do património, criação artística, acesso a bens culturais e gestão dos recursos naturais, entre outros temas.

Destaca-se a apreciação do plano regional de eficiência hídrica do Alentejo, que prevê investimentos no valor de 993 milhões de euros - sendo 79% destinados a medidas para a



agricultura -, com o objetivo de garantir o consumo e a previsibilidade das atividades humanas. O plano contempla mais de 70 medidas para reforçar a governança dos recursos hídricos e promover o uso mais racional da água, além de medidas específicas para os setores urbano, industrial, turístico e agrícola. O prazo para implementação dessas medidas é até 2030, sendo que a maioria poderá ser realizada até 2027.

Como sabemos o Concelho de Viana do Alentejo também recebeu o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, que ao visitar o Centro de Saúde de Viana do Alentejo esteve junto da comunidade para se inteirar das dificuldades, nomeadamente da falta de médicos no concelho, facto que como sabemos condiciona a qualidade da prestação de cuidados à nossa população, bem como o término da obra do Centro de Saúde de Viana.

Aguardamos também com expectativa, que as extensões de saúde de Aguiar e Alcáçovas sejam uma realidade o mais breve possível.

A Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional que visitou o Santuário de N.ª Sr.ª D'Aires para ficar a conhecer o monumento e a obra de requalificação, restauro e museologia de que foi alvo, levada a cabo pela Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo com o apoio do Município de Viana e que juntamente com o Projecto de Reabilitação da Envoltente deste Santuário, representa um investimento total de 3.000.000€.

A presença do Ministro da Administração Interna no Cineteatro Vianense que levou à assinatura do contrato de cooperação Inter-Administrativa com o Município para as obras de construção das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo, tendo este governante anunciado que a construção do Posto Territorial de Viana do Alentejo está avaliada em cerca de 1,3 milhões de euros, estando neste momento a Câmara Municipal em condições de colocar a obra a concurso.

Embora não tendo existido ainda a visita de nenhum Ministro ou Secretário de Estado no âmbito da Educação há a destacar ainda o Projeto de Reabilitação da Escola Básica Integrada de Alcáçovas e a empreitada da EBSIS, em que esta última compreende a recuperação e o reordenamento do edifício e do recinto escolar representando um investimento de mais de 2.000.000€, participado pelo Município e pelo FEDER a (85%).

O governo também aprovou uma autorização de despesa no valor de 204,8 milhões de euros para as novas instalações do Hospital Central do Alentejo. Com esta aprovação, o montante necessário para a conclusão do projeto, prevista para 2024, está agora totalmente garantido. A construção deste hospital público é estratégica para toda a região, sendo essencial para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde. Durante a visita à obra, o primeiro-ministro desafiou a reitora da Universidade de Évora a unirem esforços para a criação de um curso de medicina na instituição, com o objetivo de combater a falta de médicos na região e no país.

Em caso de aprovação, este voto deve ser enviado para:

- Presidência da República;
- Primeiro-ministro;



- Bancadas dos Partidos Políticos com Assento na Assembleia da República;
- Meios de Comunicação Social (meios de divulgação do Município, Diário do Sul e outros considerados de interesse).

Aguiar, 30 de junho de 2023

Não havendo quaisquer intervenções sobre o voto de congratulação proposto, passou-se à respetiva votação. Verificou-se a sua aprovação com doze votos favoráveis por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho), dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Ricardo Solado, João Fialho, Cecília Lopes e Maria Bárbara Matadinho) e de um eleito da CDU (Marília Rasquinho) e seis abstenções por parte de eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio). -----

Interveio de seguida o membro Manuel Jorge Rafael. Disse que gostaria de tecer algumas considerações sobre a atividade autárquica e também colocar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

Reproduz-se integralmente o teor da sua intervenção:

1. “ Como é do conhecimento geral, as piscinas descobertas são um equipamento que, pelas suas características, estão condicionadas às condições climáticas. Perante as altas temperaturas que se verificam pelo menos desde o mês de maio, é, na minha perspetiva, incompreensível que os referidos espaços permaneçam encerrados até 24 de junho (quando as aulas tiveram o seu término a 14 de junho). Relativamente ao encerramento coloca-se a mesma questão: as piscinas poderiam, com boa vontade, estar a funcionar durante mais uma semana. Portanto, o calendário poderia e deveria ser ajustado.
2. Relativamente ao renovado Boletim Municipal e porque foi referido pelo Executivo a intenção de o mesmo passar a ter edição bimestral, ou seja, de 2 em dois meses, constata-se que passados cerca de 2 meses e meio, não há notícia da consequente publicação. A questão que se coloca é: mantém-se a intenção de a publicação ser efetivamente bimestral? E para quando está prevista nova publicação?
3. Temos conhecimento que foi deixado pelo anterior Executivo um projeto para a requalificação de uma das rotundas à entrada/saída de Viana do Alentejo no sentido de Évora, que pretendia homenagear a olaria enquanto atividade com tradição e forte ligação à vila. Supondo que esse projeto terá sido abandonado, pergunto: o Executivo Camarário tem alguma solução alternativa para o referido espaço?
4. A comunicação/divulgação das atividades promovidas pelo Executiva continua a ser muito pouco eficaz e, sobretudo, muito tardia. Exemplo mais recente: “Inauguração - Sala das linhas” no Paço dos Henriques, em Alcáçovas – a divulgação foi feita na



véspera e solicita confirmação da presença até ao dia anterior da inauguração (ou seja, no mesmo dia). Embora sem certeza, julgo mesmo que a divulgação foi feita exclusivamente no facebook, o que não é o mais correto, considerando que nem toda a gente tem acesso ao facebook.

Por outro lado, as escolhas da programação em alguns casos são absolutamente desajustadas, por exemplo: Samuel Quedas no FICO, num cenário desolador, com meia dúzia de pessoas a assistir; ou o espetáculo realizado a 5 de maio na Praça da República, “Manifesto Funesto” completamente desenquadrado e sem qualquer interesse artístico naqueles contextos. Não está em causa a qualidade artística dos intervenientes, mas sim a oportunidade, o enquadramento e o contexto em que atuaram.

Gostaria de ver divulgada verdadeiramente a coleção de artesanato de José Manuel Água-Morna, por exemplo num outdoor à entrada da vila (Viana também merece ter um outdoor), porque é merecedora dessa atenção e porque, por enquanto, ainda existe a possibilidade ou o privilégio de o autor poder servir de cicerone numa eventual visita. O Núcleo Museológico, pela sua qualidade e interesse histórico é igualmente merecedor de uma melhor divulgação.

5. Uma vez que, há cerca de um mês se vem arrastando a substituição parcial de um passeio na Rua do Posto, em Viana do Alentejo, e considerando que passeios no estado em que aquele se encontrava existem às dezenas por essa vila fora, ainda por cima numa rua com reduzida circulação de pessoas e de veículos automóveis, o que motivou ou está a motivar aquela intervenção? Quando na sequência daquele troço, após o cruzamento, a rua que lhe dá continuidade nem sequer passeios tem, e aí, sim, justificava-se muito mais uma intervenção!
6. Em relação às chamadas “grandes obras” no concelho, questiona qual o ponto de situação das obras de requalificação da EBSIS e se existe a perspetiva de as mesmas ficarem concluídas no prazo previsto. Caso assim não seja, qual a opção a tomar para evitar eventuais penalizações. Sobre o Bairro de Casas Pré-Fabricadas de Aguiar, gostaria também de ser informado se existem alguns avanços e se sim, concretamente em que consistem.
7. Por último, e mesmo depois de ouvidas as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de alguém que beneficia de uma viagem (longe ou perto, tanto faz) com estadia incluída, para representar um órgão ou uma entidade, espera-se desse representante que zele pelos interesses de quem está a representar e não o interesse próprio, ou de outrem... a não ser que seja esse outrem a financiar a viagem! Apenas duas palavras para comentar a situação: **ETICAMENTE REPROVÁVEL!**”



O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção do membro Nuno Grave quanto à Quinta da Joana referiu que o contrato de manutenção do espaço, apesar de bem redigido, “não foi assim tão bem combinado/acertado com o empresário que nem tão pouco sabia que tinha de limpar o lago e que tinha de podar as árvores, dizendo que tal não era da sua competência e que era isso que tinha acertado com os antigos chefes!” -----

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que a limpeza do lago está efetivamente contemplada no contrato, tendo o membro Nuno Grave dito que essa tarefa não está lá prevista. Havendo discordância quanto a esta matéria, ficou a mesma de ser confirmada.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara ter havido, por parte deste executivo em regime de permanência, coragem para enviar uma carta ao empresário, “a dar-lhe um ultimato”, no sentido de ele se comprometer a executar as tarefas a que estava obrigado sob pena de rescisão do contrato. Acrescentou que o anterior executivo não teve esta coragem e que foi por causa do atual executivo a ter tido é que hoje a Quinta da Joana se apresenta digna de ser visitada, faltando limpar o lago, tarefa que é da competência do empresário. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que o atual executivo fez mais, ao limpar uma parte do espaço que não consta do contrato apesar de se situar dentro da Quinta da Joana e que continha, pelo menos, catorze árvores secas (oliveiras centenárias ou milenares que foram retiradas de um certo sítio e colocadas na Quinta da Joana, acabando por morrer...), pasto “até à cintura, “pedras, manilhas velhas, etc. Realçou ter havido a coragem de limpar este espaço que irá ser aproveitado na próxima edição do Festival Jovem “Abana Viana” para o acampamento dos jovens. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que ao falar em contrato milionário, referiu-se precisamente ao facto do Município estar a pagar quase dois mil e quinhentos euros mensais, através de um contrato que durará até abril de 2024 e cujas obrigações não têm sido cumpridas. Acrescentou que se lhe coubesse a decisão sobre esta matéria, à data em que ela foi tomada, teria optado por admitir duas pessoas a tempo inteiro para realizarem as tarefas previstas no contrato, pois a verba em causa daria para lhes pagar, fazendo com que os espaços em causa estivessem sempre cuidados, tal como agora se encontram. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara pretender fazer algumas observações no âmbito do voto de congratulação apresentado pelo membro João Antunes, no que concerne aos médicos de família. Disse que apesar de não se tratar de uma competência da Câmara, irão surgir os resultados das insistências que este executivo tem feito, nunca desistindo de reivindicar sobre esta matéria, tal como se comprometeu. Assim, muito brevemente estará ao serviço no Centro de Saúde de Viana mais uma médica, havendo a expectativa de que até ao final do ano se consiga ainda mais uma médica. -----

Quanto aos polos dos Centros de Saúde de Alcáçovas e de Aguiar, disse o Senhor Presidente da Câmara que recentemente foram solicitados elementos, os quais já foram enviados, aguardando-se a data da assinatura dos respetivos contratos. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que recentemente, numa cerimónia que decorreu em Évora e na qual esteve presente com os demais Presidentes das Câmaras que integram a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, o Senhor Ministro da Saúde lhe disse não estar esquecido do Centro de Saúde de Viana, sendo isto para si um sinal bastante positivo. –



Quanto ao novo quartel da G.N.R., o Senhor Presidente da Câmara salientou que a obra não está pronta a ser lançada pois não tem projeto, sendo incorreto fazer aqui pressão política na Câmara, “enganando as pessoas”. -----

Acrescentou que a responsabilidade da execução do projeto não é da Câmara e que esta já solicitou numa reunião no sentido de tentar apressar a execução do mesmo, de forma a que o novo quartel da G.N.R. seja uma realidade. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Manuel Jorge Rafael, o Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

- 1) A abertura das Piscinas Municipais no Concelho, na semana seguinte ao encerramento do ano letivo, foi a prática seguida nos dois últimos mandatos, prática essa com a qual concorda. Os próprios professores consideram que se as Piscinas abrirem ainda com o ano letivo a decorrer, há grande probabilidade dos alunos faltarem às aulas para frequentarem as Piscinas. -----
É intenção manter este procedimento, com base no entendimento existente com a escola. -----
- 2) O Boletim Municipal, renovado, irá para a tipografia na próxima segunda –feira e será divulgado com uma semana de atraso em relação ao previsto. -----
- 3) A rotunda a que o membro Manuel Jorge Rafael fez referência, tem efetivamente um projeto para a sua requalificação. Contudo, dado que este executivo não concorda com esse projeto, está a elaborar outro para a referida rotunda. -----
- 4) Quanto ao facto da comunicação ser tardia, disse concordar com o membro Manuel Jorge Rafael nalguns aspetos. Embora a comunicação pudesse estar a ser mais eficaz, as iniciativas e as escolhas que têm sido feitas têm dado bons resultados atendendo ao elevado número de participantes a que se tem assistido. -----
Em relação à referência feita quanto às escolhas da programação cultural, considerando –as desajustadas particularmente nos casos do espetáculo “Manifesto Funesto” e do espetáculo com o cantor Samuel Quedas, disse que se o membro Manuel Jorge Rafael tiver um dia a oportunidade de ser animador cultural ou Presidente da Câmara, fará então as suas próprias escolhas que por agora cabem a este executivo. --
- 5) Quanto à divulgação da coleção de José Manuel Água Morna (artesão que muito estima), disse que a pessoa que se encontra no Núcleo Museológico está incumbida de mostrar essa coleção a quem tiver esse interesse, não sendo possível afetar, em exclusivo, um trabalhador a essa tarefa. -----
- 6) Quanto à motivação subjacente à substituição parcial de um passeio na Rua do Posto, em Viana do Alentejo, disse que no local intervencionado, o desnível entre a berma e a rua era de 30 a 40 centímetros, situação motivada pelas sucessivas camadas de alcatrão que foram sendo aplicadas ao longo do tempo. -----



- 7) Quanto à empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, disse que acordo com as informações transmitidas nas reuniões semanais, os prazos irão ser cumpridos. Acrescentou que neste processo existe uma agravante motivada pela desatualização do projeto da obra, acarretando um aumento da despesa. Exemplificou com o facto de não terem sido previstas as substituições das caixas dos estores, estando elas completamente podres. Exemplificou também com o facto de não ter sido previsto o arranjo das canalizações da água numa escola com 40 anos. Exemplificou ainda com o facto de não estar prevista a substituição das “janelas de dentro”, que atualmente dão para um espaço descoberto, conduzindo à ineficácia do que é pretendido com a substituição prevista das janelas exteriores, com vidros duplos e qualidade térmica exigida. A este propósito, acrescentou que “as janelas de dentro”, não correm nas calhas, têm vidros partidos e puxadores mal fixados. -----
Disse ainda que atendendo à dimensão deste problema e à dificuldade que teria em expor a situação, convidou os Senhores Vereadores para uma visita ao local porque só no local é possível ter a perceção do que o projeto deveria prever e não prevê. ----
Disse ainda continuar a aguardar a informação sobre o montante relativo aos trabalhos não previstos que serão necessários e que assim que tiver essa listagem, a mesma será divulgada para ser avaliada. -----
Acrescentou que por enquanto nenhum destes trabalhos está a afetar o andamento da obra e que o empreiteiro continua a considerar ser possível cumprir o prazo de execução da empreitada. -----
Informou ainda que o grande problema que existiu, relativo ao pagamento da compensação “de duzentos e cinquenta e tal mil euros “compensação essa aprovada pela Câmara Municipal, já se encontra resolvido. Referiu que há duas semanas, o empreiteiro lhe fez “um ultimato” tendo referido que se o pagamento da compensação não fosse feito “até sexta-feira”, pararia a obra! -----
Informou que “com bastante sacrifício com bastante esforço e com bastantes problemas”, o pagamento foi feito, deixando de existir o perigo da obra poder não ter o andamento normal. -----
Recordou ainda que o empreiteiro não iniciou a obra sem efetuar também uma “nova revisão de preços “na ordem dos seiscentos e tal mil euros”. Realçou que o montante da compensação, somado ao da revisão de preços, atinge cerca de oitocentos mil euros e daí que digamos que o Orçamento da Câmara nunca mais será o mesmo, depois desta obra. Contudo – disse – a causa é nobre pelo que vale a pena fazer todos os esforços! Em relação ao Bairro Pré-fabricado de Aguiar, a informação de que dispõe é no sentido de que está para ser entregue o levantamento topográfico, o qual demorou mais tempo do que o previsto em virtude da dificuldade no acesso às habitações de algumas pessoas (ausências, desencontro de horários, etc.). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ainda relativamente à visita a São Miguel – cabo Verde, disse que já deu a informação que tinha que dar, relatando a verdade e nada mais tendo a acrescentar a não ser “que não se sente em condições de receber lições de ética do membro Manuel Jorge Rafael.” -----



O membro Vítor Fialho perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já existe alguma ideia para a utilização do espaço da anterior biblioteca de Aguiar, visto que o mesmo se encontra encerrado. -----

Perguntou também este membro se já existe regulamento para permitir a utilização do campo de jogos do Centro Social de Aguiar. -----

O membro Vítor Fialho relatou que à volta do Centro Social de Aguiar e devido às obras de construção do mesmo, existem diversos muros de quintais que se encontram danificados, tal como vedações partidas. Referiu que o anterior executivo não reparou estes danos e perguntou se está prevista alguma atuação quanto a esta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara, quanto ao espaço da antiga biblioteca de Aguiar, disse que brevemente será realizada uma reunião com a Junta de Freguesia e com o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar dado que entre estas duas entidades existem divergências quanto à posse daquele espaço. Acrescentou que na Câmara não foi localizado qualquer documento que ateste a cedência do espaço em causa para o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que gostaria de encontrar uma solução para o aproveitamento daquele espaço, como um todo. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Regulamento para o Centro Social de Aguiar ainda não está elaborado, dado que não se trata de um espaço apenas para a prática desportiva. Quanto aos muros circundantes ao Centro Social de Aguiar, disse o Senhor Presidente da Câmara que a respetiva construção deveria ter sido incluída na obra, sendo necessário agora efetuar um levantamento topográfico para permitir que sejam reconstruídos. Salientou que estas intervenções são agora muito mais complicadas do que se tivessem sido feitas antes da construção do edifício. -----

Verificou-se de seguida a intervenção do membro Fernando Janeiro que começou por se referir à Quinta da Joana, dizendo que o contrato que está disponível no Portal Base remete, em termos de trabalhos a realizar, para o caderno de encargos do respetivo procedimento pré-contratual (a que não temos acesso). -----

Disse este membro que se o serviço não está a ser feito, compete ao Senhor Presidente da Câmara fazer cumprir o contrato e que pelos vistos, a intervenção do membro Nuno Grave, sobre esta matéria, na sessão de abril, surtiu efeito pois poucos dias depois, a Quinta da Joana já estava apresentável (exceção feita aos caminhos que, segundo o Senhor Presidente são da responsabilidade do Município e que ainda ontem apresentavam uma grande quantidade de buracos).-----

Disse ainda este membro que o Senhor Presidente da Câmara colocou no facebook umas fotos “muito bonitas”, mas que não mostram essa parte!...-----

Quanto à obra de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, apesar de não ter acompanhado o processo, disse o membro Fernando Janeiro recordar-se que o montante possível de financiamento era muito pequeno e daí que o concurso tivesse ficado deserto e que tivessem de ser feitas escolhas, atendendo ao financiamento disponível. -----

Este membro realçou que o financiamento disponível não era para construir uma escola nova, mas sim para efetuar uma requalificação que teria de ficar aquém daquilo que seria necessário. Acrescentou que quando os recursos financeiros são limitados, é necessário fazer escolhas! -



Revisitando o assunto dos convites aos membros da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia, o membro Fernando Janeiro recordou que na sessão ordinária deste órgão, realizada em abril, foi referido que os convites para a inauguração do Centro Social de Aguiar foram enviados aos membros da Assembleia Municipal com menos de 24 horas de antecedência. Recordou também que na sessão da Assembleia Municipal de setembro, ele próprio chamou a atenção para o facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo não ter sido convidado para fazer uma intervenção na abertura da Feira D'Aires.

Disse o membro Fernando Janeiro ter agora mais exemplos no tocante a esta matéria, referindo concretamente os seguintes:

- 1) Os convites para a inauguração da exposição patente na sala das linhas, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, chegaram na véspera da iniciativa e a confirmação era pedida até esse mesmo dia, tal como já foi referido pelo membro Manuel Jorge Rafael;
- 2) O novo quartel da G.N.R. é uma obra de enorme importância para o Município, tendo o processo sido desenvolvido essencialmente pelo anterior executivo. A cerimónia de assinatura do contrato para a construção do quartel ocorreu no dia 18 de maio, mas os órgãos autárquicos não foram convidados; -----
- 3) No dia 21 de junho, a Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional visitou o Santuário de Nossa Senhora D'Aires e mais uma vez não houve convites, nem pelo menos, ao executivo da Junta de Freguesia. -----

A concluir, disse o membro Fernando Janeiro que “passados quase dois anos das eleições, das duas uma: ou o executivo em regime de permanência não quer, deliberadamente, efetuar estes convites; ou então, ao fim de dois anos, ainda não conseguiu organizar estes procedimentos”. O Senhor Presidente da Câmara, quanto ao estado dos caminhos na Quinta da Joana, referiu que o problema existente tem muitos anos, não sendo possível proceder agora à sua reparação, quer por falta de dinheiro, quer por falta de pessoal. Acrescentou que pretende que sejam efetuados pequenos trabalhos de manutenção, mas que não é possível realizar o trabalho que seria desejável e cuja necessidade se faz sentir há muitos anos sem que tenha existido qualquer intervenção. -----

Ainda relativamente à obra de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, o Senhor Presidente da Câmara salientou a apreensão quanto ao aumento dos valores e quanto à incerteza de que o financiamento seja suficiente para tão elevado acréscimo de custos. Contudo, segundo a informação da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a obra em causa ainda não atingiu o limite do financiamento que lhe está destinado, na ordem dos dois milhões e meio de euros. -----

O Senhor Presidente da Câmara manifestou a opinião de que a obra em causa foi mal calculada e mal projetada, “tendo mais uma vez sido lavada a cara para ficar bonito por fora, mas o conteúdo deixa muito a desejar!”-----

Quanto à matéria relativa aos convites, disse o Senhor Presidente da Câmara que efetivamente não foram feitos convites pelo Município por ocasião da vinda do Senhor Ministro da Administração Interna, no passado dia 18 de maio. Referiu que a maior parte dos convites que



existiram, partiu do próprio gabinete do Senhor Ministro. Disse que a matéria de formalização de convites por ocasião da vinda de ministros, é sempre difícil de gerir pelo Município, uma vez que existem frequentemente alterações de última hora que podem comprometer o programa (nesta situação em concreto, o horário da visita foi antecipado e o local da receção foi alterado). -----

Quanto à referência à não intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana na cerimónia de abertura da Feira D’Aires, o Senhor Presidente da Câmara desvalorizou, referindo que o assunto já tem quase um ano, havendo matérias mais importantes para tratar...

Quanto à inexistência de convites por ocasião da vinda ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, da Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, o Senhor Presidente da Câmara disse que não houve qualquer esquecimento. Clarificou que a visita teve por objetivo conhecer uma obra da Paróquia que foi objeto de financiamento comunitário. Salientou que não lhe competia fazer convites “para uma casa que não é sua”. -----

O membro Nuno Grave, referindo –se ao voto de congratulação apresentado pelo membro João Antunes, situou-se na parte em que, relativamente à construção do novo quartel da G.N.R., é dito “estando a Câmara em condições de pôr a obra a concurso”. Disse o membro Nuno Grave que o Senhor Presidente da Câmara, perante isto, disse ao membro João Antunes que com essa informação ele estava a enganar as pessoas. Perante isto, o membro Nuno Grave esclareceu que a informação em causa, que consta do voto de congratulação, foi retirada do site do Município, cabendo então perguntar se a informação que consta do site do Município é enganadora. -----

O membro Nuno Grave insistiu na necessidade de concretização, por parte do Senhor Presidente da Câmara e para esclarecimento dos membros da Assembleia, da referência feita aos amigos com os quais disse ter sido celebrado o contrato de manutenção da Quinta da Joana.

Quanto às questões colocadas pelo membro Nuno Grave, o Senhor Presidente da Câmara respondeu o seguinte:

- 1) Se a informação que referiu, consta do site do Município, não deveria constar porque é enganadora. Não existindo projeto, a obra não pode ser posta a concurso. -----
- 2) Sobre o contrato de manutenção da Quinta da Joana, disse já ter respondido anteriormente, quando fez referência aos montantes e salientou tratar-se de “um contrato milionário”. -----

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à participação do público. -----

Interveio o Senhor Paulo José Manzoupo, residente em Aguiar. Disse ter assistido com perplexidade à arrogância do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia, ao dirigirem-se a um Vereador. Neste contexto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara onde é que ele se sentava nas sessões da Assembleia, quando era Vereador, designadamente se ficava junto aos membros ou se ficava junto ao público. -----



Tendo o Senhor Paulo José Manzoupo sido Vereador no anterior executivo, recordou que à data de início de funções existia um projeto relativo à construção do Centro Escolar de Viana. Tendo esse projeto sido analisado conjuntamente pelo Município e pelo Agrupamento de Escolas, concluiu-se que o mesmo não reunia as melhores condições e por esse motivo foi abandonado, tendo o executivo de então, tratado de mandar elaborar outro projeto que candidatou e que foi objeto de financiamento. Neste contexto, o Sr. Paulo José Manzoupo perguntou ao Senhor Presidente da Câmara por que é que ele decidiu avançar com a obra de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, sendo o projeto tão mau como referiu. -----

A propósito das críticas, que ouviu acerca da necessidade de construção dos muros ao redor do Centro Social de Aguiar e ao facto desses trabalhos não terem sido efetuados em devido tempo, o Senhor Paulo José Manzoupo recordou que o anterior executivo, sem alaridos, tratou do projeto da envolvente às Piscinas Municipais de Alcáçovas (que também não existia), possibilitando que à data da inauguração da obra, tudo estivesse concluído. -----

A finalizar a sua intervenção, o Sr. Paulo José Manzoupo disse ao Senhor Presidente da Câmara que ele tem agora uma excelente oportunidade para realizar, à sua maneira e de uma forma exemplar, a obra das casas pré-fabricadas, uma vez que esse processo está no início. Acrescentou manter a expectativa de que se possa ver algo mais do que se viu até à presente data. -----

O Senhor Presidente da Assembleia observou ter sido “brindado” com o adjetivo de arrogante pelo modo como se referiu ao Senhor Vereador Costa da Silva. A propósito de atitudes arrogantes, o Senhor Presidente da Assembleia recordou que numa sessão que decorreu em Alcáçovas, no anterior mandato, aconteceu um episódio “absolutamente deplorável”, com um membro do PSD (Luís Feitor) que foi chamado de palhaço pelo Vice – Presidente de então, que inclusivamente lhe “ofereceu pancada”. Recordou ainda o Senhor Presidente da Assembleia que a ata relativa a essa sessão, submetida a aprovação na sessão seguinte, foi reprovada pelos membros da CDU por não relatar o episódio em si e enfatizar os comentários que ele próprio fez acerca desse mesmo episódio. -----

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a questão da arrogância, disse não precisar de apresentações pois toda a gente o conhece no concelho todo e sabe o “tamanho da sua arrogância”. -----

À pergunta sobre onde se sentava nas sessões da Assembleia enquanto Vereador, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que “certamente se sentou numa cadeira, não se recordando de que alguma vez se tenha sentado numa mesa.” -----

Quanto aos trabalhos na envolvente às Piscinas Municipais de Alcáçovas, referidos pelo Senhor Paulo José Manzoupo, o Senhor Presidente da Câmara disse que o anterior executivo deveria ter seguido o mesmo procedimento quanto à envolvente do Cento Social de Aguiar para que à data da inauguração da obra, os mesmos estivessem concluídos. -----

Quanto aos motivos de não ter sido abandonado o projeto de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, o Senhor Presidente esclareceu que já não havia tempo para uma nova candidatura, perdendo-se o financiamento de mais de dois milhões de euros.



Acrescentou que quando este executivo pegou nesse processo, o mesmo tinha quatro anos de atraso e só com muito esforço e trabalho conjunto, se conseguiu que o mesmo “não caísse”. -

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação escrita sobre a atividade da Câmara, interveio, em primeiro lugar o membro João Antunes que, situando-se na página três do referido documento, perguntou por que é que no dia 27 de abril não foram entregues bicicletas a munícipes de Aguiar, no âmbito do Projeto Ginga Bike, tendo as mesmas sido entregues só em Viana do Alentejo e Alcáçovas. Questionou se não terão existido candidaturas por parte de munícipes de Aguiar. Também este membro, situando-se na página 7 do mesmo documento, perguntou se na reunião realizada no dia 16 de maio para efetuar um balanço da última edição da Romaria a Cavalos foram convidados a estar presentes os veterinários que acompanharam a Romaria, atendendo ao conhecimento que existe de situações problemáticas que aconteceram com os animais. Ainda sobre a Romaria, perguntou se os questionários de satisfação, habitualmente entregues aos romeiros para preenchimento, já tinham sido recebidos na Câmara e em caso afirmativo se poderiam ser dadas a conhecer as respetivas conclusões. -----

O último aspeto referido pelo membro João Antunes reportou-se à localização da tenda dos espetáculos que no corrente ano foi instalada no parque de feiras e mercados. Disse ter ouvido algumas opiniões desfavoráveis à alteração verificada e perguntou se este aspeto também foi abordado na reunião de balanço que foi realizada e quais as conclusões a que chegaram no tocante aos anos futuros. -----

O membro Nuno Grave, situando-se na página 2 do documento, disse constatar que no dia 18 de abril foi assinada a escritura definitiva de compra dos imóveis, sítios na Rua 5 de Outubro, em Viana do Alentejo, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo. Sublinhou que a opinião dos membros do PS continua a ser no sentido de que se trata de um investimento de grande risco e que poderá trazer problemas, a médio prazo, para os cofres do Município. Ainda a propósito dos imóveis adquiridos, este membro perguntou se os mesmos serão reabilitados ou se serão demolidos. Acrescentou estarem em causa questões de salubridade e de saúde pública, pois os imóveis apresentam risco, principalmente a nível das coberturas. -----

Disse ainda este membro que na opinião dos eleitos do PS, não é de bom tom. O Município estar a pedir mais impostos aos proprietários das casas degradadas quando, ele próprio, é proprietário de imóveis nessas condições, não constituindo essa atitude um bom exemplo. --- Quanto ao estado dos processos judiciais pendentes (páginas 18 a 22), disse este membro constatar que não se encontram referidos os dois processos relativos à IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. Perguntou se estes processos já se encontram resolvidos. ----- Finalmente, o membro Nuno Grave situou-se na última página do documento (página 23),



tendo perguntado a que se refere a importância de 153 873,02€ (cento e cinquenta e três mil oitocentos e setenta e três euros e dois cêntimos), ainda não paga pela empresa Dream Street, S.A.-----

Relativamente às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara respondeu o seguinte:

- 1) A importância referida pelo membro Nuno Grave já se encontra paga e refere-se à compensação legal, relativa à construção da unidade hoteleira nos Moinhos de Santo António. -----
- 2) Quanto aos processos relativos à IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., informou que o Município “perdeu um dos processos”, embora não consiga agora explicar o ponto de situação quanto ao outro processo. -----
- 3) Quanto aos imóveis degradados e à decisão de agravar as taxas do IMI quando o próprio Município adquiriu imóveis degradados, perguntou se o membro Nuno Grave (que colocou a questão) não teria idêntico procedimento se tivesse poder de decisão, ou seja, se não taxaria de forma agravada as pessoas que têm as suas casas degradadas, prejudicando os vizinhos! Referiu terem sido enviadas mais de cinquenta notificações aos proprietários de imóveis degradados, havendo cerca de quinze pessoas que já estão a tomar medidas tendentes à reparação (arranjo e pintura das frontarias, remoção de vigas que estavam a prejudicar as frontarias, etc.). Acrescentou que esta medida, que considera corajosa, tem tido bastante aceitação, tendo alguns proprietários procurado a Câmara para tentarem encontrar a melhor solução para os seus casos em concreto. – Disse também que os imóveis recentemente adquiridos pelo Município à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo estão danificados há muitos anos, nunca tendo existido coragem para tomar a medida que agora foi tomada, com a convicção de que “apesar de não dar votos” contribui para cuidar das vilas do Concelho, de acordo com o compromisso que assumiu. -----
Disse ainda que é intenção deste executivo proceder à demolição das fachadas dos imóveis que o Município adquiriu à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, embora não com caráter de urgência, pois não existe ainda projeto para aquele espaço, embora existam algumas ideias. Acrescentou que enquanto essa demolição não tiver lugar e em vez de demolir já e colocar no espaço uns tapumes de ferro, optou-se por pintar as fachadas, dando-lhes dignidade e com um dispêndio de verba muito inferior ao que decorreria da colocação de tapumes.
- 4) Quanto à opinião de que o Município não terá feito uma boa compra ao adquirir aqueles imóveis, disse ter de a respeitar. -----
- 5) Quanto à entrega de bicicletas, no âmbito do Projeto Ginga Bike, disse não terem existido inscrições de munícipes de Aguiar, sendo expectável que esta situação se altere, de futuro. -----
- 6) Quanto à reunião de balanço da última edição da Romaria a Cavalo, disse que a mesma foi mais direcionada “para dentro”, não tendo contado com a participação do veterinário. Tratou-se de uma reunião de avaliação e não de projeção de edições futuras. Acrescentou estar prevista a realização de uma outra reunião, com a



participação do veterinário e do ferrador, na perspetiva de colaboração na definição de procedimentos para o futuro. -----

- 7) Relativamente à alteração do local de instalação da tenda dos espetáculos por ocasião da Romaria, disse considerar que foi “uma belíssima aposta” (ele próprio e as centenas de pessoas que lá foram, dado que a tenda esteve sempre cheia). Disse conhecer a opinião de alguns romeiros, no sentido de considerarem que o local da tenda deveria ser junto ao Santuário. Contudo, a maior parte das pessoas da vila considera que a alteração foi uma boa aposta, tendo recebido os parabéns de muita gente.
- 8) Quanto ao questionário de avaliação da Romaria, disse não poder confirmar se já foi enviado aos romeiros ou se ainda está em execução nos serviços. -----

Ponto três) Proposta de aprovação do mapa de pessoal nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na atual redação-

Relativamente à proposta de mapa de pessoal hoje apresentada, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a mesma não corresponde àquilo que o executivo considera serem as necessidades dos serviços. Contudo-disse-foi necessário ceder a algumas propostas da oposição para que pudesse ser elaborado o mapa possível. Salientou que está na hora de ser resolvido o problema das pessoas que estão há muitos meses à espera de ver “as suas carreiras atualizadas”, existindo situações em que a diferença salarial é de cerca de quinhentos euros mensais. -----

O Senhor Presidente da Câmara realçou ainda que na proposta apresentada são poucos os postos de trabalho previstos que não decorrem de necessidades de substituição de trabalhadores, designadamente por motivo de aposentação. Realçou também que continua a existir um deficit no número de trabalhadores necessários para a realização de diversas tarefas, as quais não podem ser executadas por falta de pessoal. -----

O membro Cecília Lopes, relativamente à proposta de mapa de pessoal apresentada alertou para o facto “das contas começarem a ficar um bocadinho descontroladas, sendo que ainda falta realizar muitos eventos.” Disse ainda que o VIVA apresentou as suas propostas nos órgãos próprios e fez a publicitação das mesmas, considerando ter havido uma aproximação do executivo em regime de permanência, constituindo isto um sinal positivo. Acrescentou que a proposta do VIVA é conhecida e consiste no seguinte:

- Viabilização das situações de mobilidade interna para que as pessoas que se encontram em condições de progredir na carreira o possam fazer (para que isto aconteça é obrigatório abrir lugares, devendo ser extintos os lugares antigos) -----
- Aceitação das situações de mobilidade dos trabalhadores de outros municípios que se encontram no Município de Viana do Alentejo, desde que os trabalhadores deste Município que se encontram em mobilidade noutros municípios, consolidem lá a sua situação, saindo em definitivo do Município de Viana do Alentejo (isto implica aguardar o tempo máximo de 18 meses permitido para as situações de mobilidade e, caso haja consolidação noutros Municípios, abrir então os lugares no Município de Viana do Alentejo). -----
- Aceitação das situações de substituição de trabalhadores por motivo de aposentação, que ocuparão os lugares deixados vagos, sem necessidade de aumento do número de postos de trabalho. -----



- Aceitação da contratação de 3 novos quadros superiores, sugerindo-se as seguintes áreas, mas aceitando-se que as opções do executivo possam ser outras:

- a) Jurídica, para apoiar a contratação pública, a contratação de pessoal, a área financeira e a área administrativa; -----
- b) Urbanística, para ajudar na resolução do grave problema de atraso dos processos; -----
- c) Informática, por se tratar de uma área transversal, ajudando a criar um conjunto de mecanismos tecnológicos que permita ajudar quem lá trabalha, sem ser necessário contratar mais pessoas. -----

A concluir, o membro Cecília Lopes referiu que uma vez que a proposta do mapa de pessoal em apreciação contempla apenas mais três colaboradores relativamente à proposta do VIVA, os membros eleitos por esta força política viabilizarão a proposta de mapa de pessoal apresentada, através da abstenção. -----

Interveio, de seguida, o membro Fernando Janeiro, que em representação dos eleitos do PS referiu o seguinte:

“Como é bem conhecido, a bancada do Partido Socialista está preocupada com a regularização das carreiras dos trabalhadores, mas também está preocupada com a saúde das contas do Município.

O Partido Socialista apresentou, na Assembleia Municipal de 27 de abril, uma proposta de Mapa de Pessoal que regularizaria as carreiras dos trabalhadores, e ao mesmo tempo mantinha controlados os custos permanentes com pessoal. Esta proposta, que continha 6 novos lugares para suprir necessidades prementes de funcionamento do Município não foi viabilizada nem pelo VIVA nem pela CDU.

Havia ainda a possibilidade de aprovar um mapa de pessoal que regularizasse de forma imediata a situação destes trabalhadores, e depois aprovar uma alteração relativa aos lugares para novas contratações. Mas o Executivo nunca apresentou essa proposta, pois tinha disponível um mapa de pessoal, de 2022, que lhe permitia preencher outras posições, mesmo em prejuízo dos trabalhadores cuja carreira precisa ser regularizada.

Mas voltemos aos números. Estes números resultam da análise do mapa de pessoal aprovado para 2022 disponível no site do Município, dos mapas de pessoal propostos em dezembro de 2022 e o atual, e da informação disponível em Diário da República relativamente à Caixa Geral de Aposentações.

Em dezembro de 2021, o mapa de pessoal tinha 149 lugares ocupados. Desses, 144 estavam efetivamente em funções (3 mobilidades fora do Município e 2 comissões de serviço que ocupam lugar no mapa, mas não tinham custos – Joaquim Godinho, Pedro Andrade e Silva, Célia Cachola, Maria D’Aires Vilela e Maria João Pereira).

Em dezembro de 2022, o mapa de pessoal tinha 166 lugares ocupados (mais 50 da transferência de competências da Educação e da Saúde, num total de 216). Para mais fácil comparação com 2021, vamos apenas comparar os 166 que não incluem a transferência de competências. Destes 166, estavam em mobilidade ou comissão de serviço, 8 trabalhadores (Janete Coelho, Maria Fadista, Margarida Bento, João Lourenço, João Antunes, Mara Marques, António Pimenta e Maria D’Aires Vilela). Ou seja, 158 efetivamente em funções.



Quer isto dizer que, efetivamente em funções, se passou de 144 para 158 trabalhadores. Um aumento de 14 pessoas. Entre o “deve e o haver”, o Município em 2022 aumentou o número de trabalhadores efetivamente a trabalhar, em 14. Ou seja, houve trabalhadores que se reformaram, outros que consolidaram, reduzindo o número de lugares ocupados, mas o número de trabalhadores que entrou superou essas saídas em 14.

Em reunião de câmara, foram mencionados os nomes de 8 trabalhadores que se aposentaram. Mas faltou a informação de quando se aposentaram. Dos 8 mencionados, 3 ocorreram em 2021 (João Lima, Joaquim Janeiro e Rosete Marujo), 2 em 2022 (André Grave e Helena Sabarigo) e apenas 3 em 2023 (José Augusto, Fátima Ribeiro e Francisco Prates). Os 5 que se aposentaram em 2021 e 2022 já foram compensados durante 2022. Foram compensados e em excesso, pois no fim de 2022 o Município tinha mais 14 trabalhadores do que no fim de 2021. Portanto, as aposentações a compensar serão apenas as 3 que já ocorreram em 2023 (José Augusto, Fátima Ribeiro, Francisco Prates) e não as 8 erradamente indicadas na reunião de câmara de 7 de junho.

Este mapa que aqui nos é apresentado, indica que o número de lugares ocupados é atualmente 162 (mais os 50 da transferência de competências). Ou seja, uma redução de 4 lugares de dezembro até agora, por aposentações e consolidações de mobilidades. Apresenta também 35 lugares como o número de lugares a ocupar.

Destes 35, estão justificados 16 lugares:

- 1) Regularização de carreiras (9 lugares, como indicado em RC);
- 2) Contratos por tempo determinado (3 lugares de nadador-salvador);
- 3) 4 lugares correspondendo ao saldo negativo entre as saídas e entradas de dezembro até agora.

Sobram então 19 lugares novos: 2 chefes de divisão (comissão de serviço); 17 lugares distribuídos por mobilidades de pessoas que virão de fora do Município, por isso correspondem a novas contratações e por lugares por tempo indeterminado. Este número está muito longe dos 6 que a proposta do PS continha e dos 3 que o VIVA propunha. São mais 19 lugares novos. Não são 3, nem são 6. São 19!

A bancada do PS não pode aprovar um mapa de pessoal que põe em causa a sustentabilidade financeira do Município, a médio e longo prazo, pelo que votará contra esta proposta.

Mas, deixo uma pergunta ao Sr. Presidente. Sabe dizer-nos qual é o aumento de custos, para um ano inteiro, associado a este mapa?”

O membro Cecília Lopes, a propósito da posição assumida pelo VIVA na sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril, não viabilizando a proposta de mapa de pessoal apresentada, nessa sessão, pelo PS; sublinhou que essa atitude decorreu do facto dos eleitos do VIVA não considerarem ético obrigar o executivo municipal a trabalhar com um mapa de pessoal com o qual não concordava e não defendia. -----

O Senhor Presidente da Câmara, quanto à pergunta feita pelo membro Fernando Janeiro, relativa ao aumento de custos para um ano, decorrente da proposta de mapa apresentada, disse que esse valor está calculado, embora agora não se recorde do mesmo. -----

Disse o Senhor Presidente da Câmara lamentar a posição do PS que pela terceira vez vota contra a proposta de mapa de pessoal apresentada, apesar de se mostrar muito preocupado



com as carreiras das pessoas e com as contas do Município. Disse que se é a terceira vez que a proposta de mapa vem à Assembleia Municipal, é porque foi viabilizada na Câmara, registando-se a coerência manifestada por uma força política e o facto de haver outra força política que, pela segunda vez, volta com a palavra atrás. Sublinhou que apesar de terem existido conversações e cedências, “há uns que cumprem e outros não!” ----- Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que apesar das preocupações manifestadas para com os trabalhadores, é um facto que durante 12 anos ninguém se lembrou que existiam assistentes operacionais a realizar trabalhos de assistentes técnicos e que o atual executivo é que apresentou uma proposta no sentido de “atualizar as categorias das pessoas”. ----- Acrescentou que não pode ser desvalorizado o facto de ter existido um acréscimo de tarefas, em parte decorrente da coragem deste executivo em avançar com a recolha porta-a-porta, recordando que o anterior executivo manteve um veículo fechado durante um ano, destinado a essa tarefa e nunca avançou com a recolha porta-a-porta porque isso poderia não ser do agrado das pessoas. Ainda a este propósito, o Senhor Presidente da Câmara realçou que para efetuar este trabalho são necessárias duas equipas, estando o Município a trabalhar apenas com uma, dada a escassez do pessoal e a consequente necessidade de o afetar a outras tarefas. O Senhor Presidente da Câmara fez ainda notar que não basta criar serviços e equipamentos se depois não houver pessoas para os manter e daí que lhe seja difícil compreender como é que o PS pode tomar as posições que toma, relativamente a matérias que tão bem conhece. Terminou, referindo lamentar a atitude do PS quanto a esta matéria. ----- O membro Fernando Janeiro fez notar que no final de 2022, a diferença entre os trabalhadores que entraram e os que saíram é de 14 pelo que não pode o Senhor Presidente da Câmara dizer que os trabalhadores que saíram não foram compensados. ----- Referiu ainda este membro que o Senhor Presidente da Câmara poderia ter apresentado à Assembleia um mapa de pessoal que contemplasse as alterações das carreiras dos trabalhadores, negociando uma alteração subsequente. Daí que o argumento de que a culpa é do PS quanto ao facto das pessoas estarem a ser prejudicadas, “não cola!” – disse. O membro Fernando Janeiro considerou muito preocupante o facto do Senhor Presidente não saber qual o custo anual da proposta de mapa que apresenta, dado que é esta a real questão! O membro João Antunes disse ser completamente falso que o anterior executivo do PS não tenha querido saber dos trabalhadores, tal como afirmou o Senhor Presidente da Câmara. A este propósito, recordou o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, tendo o Município de Viana regularizado a situação de cerca de 40 trabalhadores precários, muitos deles vindos de anteriores mandatos. ----- O membro João Antunes recordou ainda que tempos houve em que o Município esteve legalmente impedido de admitir pessoas, tendo sido até obrigado a reduzir o número de trabalhadores ao seu serviço. ----- Este membro desejou que ao ser contada a história, exista honestidade intelectual, por parte de todos, a fim de que a história seja contada com todos os seus pontos. ----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que não é possível contar as histórias com os pontos todos e que em relação ao processo de regularização dos precários, é mesmo melhor não falar muito nisso, deixando ficar o processo “lá atrás”. Acrescentou que à data em que o



assunto foi submetido à Assembleia Municipal, sendo ele eleito no órgão, perguntou apenas se o executivo estava seguro de que todas as pessoas enquadradas no processo, reuniam as condições para a regularização por aquela via, tendo-se absterido na votação. Disse ainda que sem ter a certeza absoluta, parece-lhe que a Câmara de Viana admitiu, por este processo, mais pessoas do que a Câmara de Lisboa. -----

O Senhor Presidente da Câmara, ainda em relação à grande preocupação que o PS diz ter para com os trabalhadores, recordou que à data de início de funções do atual executivo, a situação dos trabalhadores que ingressaram no quadro através do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, estava por regularizar, tal como o processo SIADAP, com um atraso de 3 biénios, correspondendo a 6 anos em que não houve a preocupação da regularização de carreiras e atualização de salários. -----

Passou-se de seguida à votação da proposta de mapa de pessoal para o ano de 2023. -----

Verificaram-se sete votos a favor por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio); cinco votos contra por parte de eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael) e seis abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho) e por parte de um eleito do PS (Vasco Fialho). -----

O membro Fernando Janeiro, em representação dos eleitos do PS, apresentou a seguinte declaração de voto:

“A bancada do Partido Socialista, de forma coerente com as posições que manteve nas votações das versões anteriores do mapa de pessoal, vota contra um mapa de pessoal que é lesivo para a saúde financeira do Município a médio/longo prazo.

Estimamos que a proposta de mapa de pessoal que acaba de ser viabilizada pelas bancadas do VIVA e da CDU aumenta a despesa com pessoal em 400 000€ (quatrocentos mil euros) por ano. É um aumento de despesa permanente que limitará a capacidade financeira do Município no acesso a fundos comunitários. Este valor permitiria, por ano, financiar os 15% necessários para aceder a financiamentos europeus de 2,7 M€ (2 milhões e 700 mil euros).

A bancada do VIVA depois de defender um mapa com apenas 3 lugares novos, e inviabilizar o mapa do PS com 6 lugares novos, aprova agora um mapa com 19 lugares novos, mostrando uma total incoerência com o que tinha defendido até agora. Mais uma vez, não se preocupou com o futuro financeiro do Município. Aprova agora um aumento na despesa permanente de 400 000€ (quatrocentos mil euros) por ano, tal como aprovou há pouco tempo a despesa de 370 000€ relativamente à aquisição, à Santa Casa da Misericórdia, de um imóvel em ruínas. Esperamos que durante a apreciação da abertura dos concursos que terão de ir a reunião de câmara, exista uma maior responsabilidade do que a que houve hoje quando o VIVA viabilizou este mapa de pessoal.”

Ponto quatro) Proposta de Reconhecimento da Rota da Estrada Nacional 2 como um Projeto de Interesse Municipal- Relativamente à proposta em apreço, o Senhor Presidente da Câmara evidenciou a importância da Rota da Estrada Nacional 2 passar por Alcáçovas,



com efeitos que se propagam ao Concelho. -----
O membro Nuno Grave lembrou que o Município de Viana do Alentejo é sócio- fundador deste projeto desde 2016, sendo que o mesmo está a atingir os objetivos para que foi criado, designadamente a nível do dinamismo, promoção do Concelho, gastronomia, património, cultura, abarcando os territórios do interior do país por onde esta estrada nacional passa. A título de curiosidade, disse o membro Nuno Grave que a Rota da Estrada Nacional 2, é considerada das mais extensas a nível mundial, com 800 quilómetros. Recordou também que a Câmara Municipal, na reunião de 24 de fevereiro de 2016 e a Assembleia Municipal, na sessão de 26 de fevereiro de 2016, aprovaram por unanimidade a integração do Município de Viana do Alentejo na Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2. Acrescentou que a 11 de maio de 1945, esta estrada recebeu a denominação de Nacional 2, por vir da publicação do Plano Rodoviário Nacional. -----
Este membro considerou muito justo o reconhecimento do interesse municipal da Rota da Estrada Nacional 2. -----
O membro Cecília Lopes disse que este projeto é claramente positivo para o Concelho de Viana e daí que os eleitos do VIVA apoiem este reconhecimento com toda a convicção. -----
Votada a proposta, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade reconhecer a Rota da Estrada Nacional 2 como um projeto de interesse municipal. -----

Ponto cinco) Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe de Divisão de Cultura e Desporto, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual- A assembleia apreciou a seguinte proposta de designação do júri para recrutamento do cargo de chefe da Divisão de Cultura e Desporto, formalizada nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação: -----

Presidente: José Maria Lopes Conde, Diretor do Departamento Sociocultural do Município de Évora; -----

Vogais efetivos: Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo e Luís Miguel Tavares Morais Machado, chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual do Município de Viana do Alentejo; -----

Vogais Suplentes: Luísa Maria Braga Mouro Lagarto, Técnica Superior (Recursos Humanos) do Município de Viana do Alentejo e Rui Paulo Correia Martins, Chefe da Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos do Município de Viana do Alentejo. -----

Votada, esta proposta foi aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho);



Ponto seis) Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe de Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual- A

Assembleia apreciou a seguinte proposta de designação do júri para recrutamento do cargo de chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, formalizada nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto na atual redação:

Presidente: Helena Cristina Sousa Silva Ferro, Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social do Município de Évora; -----

Vogais efetivos: Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo e Luísa Maria Braga Mouro Lagarto, Técnica Superior (Recursos Humanos) do Município de Viana do Alentejo; -----

Vogais Suplentes: Luís Miguel Tavares Morais Machado, chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual do Município de Viana do Alentejo e Rui Paulo Correia Martins, chefe da Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos do Município de Viana do Alentejo -----

O membro Fernando Janeiro disse ser do conhecimento geral que a esposa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal está atualmente a exercer funções no Município de Viana do Alentejo, coordenando a Divisão em causa, embora informalmente. Assim, será interessada no concurso, parecendo-lhe que por esse motivo o Senhor Presidente da Assembleia deverá pedir escusa de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----
O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que lhe parece não ser assim, pois aquilo que está em apreciação é uma proposta de constituição do júri de um concurso que é público, não sendo possível neste momento conhecer quem irá concorrer e quem irá ganhar esse concurso. Acrescentou não se sentir minimamente impedido para votar esta proposta de constituição de júri, num momento em que desconhece quem irá concorrer e muito menos quem irá ganhar. Justificar o seu impedimento nesta fase do processo, seria uma atitude muito estranha da sua parte- disse. -----

O membro Fernando Janeiro disse que só a simples possibilidade da sua esposa poder concorrer, seria, para ele, motivo de escusa. Deixou claro que é a sua opinião quanto à matéria em causa. -----

O membro Paula Maurício, em consonância com o que foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia, disse que a proposta em apreço é apenas para a designação do júri de um concurso público, cujos candidatos se desconhecem, em absoluto. -----

-Votada, esta proposta foi aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho); -----



Ponto sete) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita

Votada a terceira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, foi a mesma aprovada com treze votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Ponto oito) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da

Despesa - - Votada a terceira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, foi a mesma aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Ponto nove) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de

Investimentos - - Votada a terceira proposta de alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos foi a mesma aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Ponto dez) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Plano de Atividades

Municipais - - Votada a segunda proposta de alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais foi a mesma aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Ponto onze) Proposta de aprovação do Acordo de Regularização de Dívida para com a

AGDA- Águas Públicas do Alentejo – O Senhor Presidente da Câmara apresentou o assunto a que se refere este ponto da Ordem de Trabalhos. Disse que a dívida do Município para com a empresa AGDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., vem de 2019, por desacordo quanto à ETAR de Alcáçovas. O assunto foi-se arrastando e quando este executivo tomou posse foi confrontado com a necessidade de celebração de um Acordo para a regularização da dívida em causa, no montante de 120 944,35€ (cento e vinte mil novecentos e quarenta e quatro euros



e trinta e cinco cêntimos), a que acrescem juros de mora, embora com um benefício de redução de 30% dos juros vencidos a 31 de dezembro de 2022, conforme previsão legal. O início previsto para iniciar os pagamentos das 24 prestações é o dia 15 de janeiro de 2024. -----

Votada a proposta de Acordo de Regularização desta dívida, foi a mesma aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes e Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Ponto doze) Apreciação do pedido de suspensão de mandato por mais seis meses, apresentado pelo membro Bernardino António Bengalinha Pinto, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro – Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 77 da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação atual, compete à Assembleia Municipal apreciar o segundo pedido de suspensão de mandato por seis meses, apresentado pelo membro Bernardino António Bengalinha Pinto, por motivos de ordem pessoal/familiar. -----

Procedeu-se à votação do pedido de suspensão mediante escrutínio secreto, tendo resultado o seu deferimento com onze votos favoráveis e verificando-se sete votos em branco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia desejou que os motivos que possam estar na base deste pedido de suspensão de mandato, sejam rapidamente ultrapassados a fim de que este membro possa voltar a participar nas sessões desta Assembleia. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. Não se verificou qualquer intervenção. Passou –se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia desejou boas férias a quem as for gozar, prevendo-se a realização da próxima sessão em setembro. -----

Declarou encerrada a sessão à uma hora e quarenta minutos do dia 1 de julho de 2023



Aprovada a 8 de setembro de 2023

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
